

PROCESSO Nº 056/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

- **OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para construção de pontes, no município de Bonfinópolis de Minas e especificações do Edital.
- **CADASTRAMENTO:** Até o 3º. dia anterior à data de recebimento das propostas;
- **ENTREGA DOS ENVELOPES:** Até o dia 14/07/2020, às 09h00min horas;
- **ABERTURA/JULGAMENTO:** Dia 14/07/2020, às 09h00min horas;
- **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG, Coordenadoria de Licitações e Contratos, Av. Argemiro Barbosa da Silva, 870, bairro Jardim Cinelândia, Bonfinópolis de Minas-MG.
- **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, Av. Argemiro Barbosa da Silva, 870, bairro Jardim Cinelândia, Bonfinópolis de Minas-MG ou através do telefone: 38-3675-1121 e e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com, com Nádylla Aparecida Silva e Souza – Presidente da CPL.
- **EDITAL:** Na sede da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG.
- **OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente nas datas supracitada, as datas limites estarão automaticamente prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

PROCESSO Nº 056/2020

EDITAL - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, Estado de Minas Gerais, com endereço à Av. Argemiro Barbosa da Silva, 870, Bairro Jardim Cinelândia, Bonfinópolis de Minas-MG, CEP 38.650-000, CNPJ/MF 18.125.138/0001-82, neste ato designada simplesmente Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº. 073, de 02 de julho de 2019, torna público a abertura do **Processo em referência**, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para Construção de pontes, conforme especificações do Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame, as interessadas, empresas do ramo de construção civil, que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos e que estiverem **cadastradas** ou **que se cadastrarem** junto à Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG, até o dia **08/07/2020**, das 08h00min às 12h00min horas.

2.1.1. Para o cadastramento de que trata o item acima, os interessados deverão apresentar a documentação de que trata o item 3 deste instrumento.

2.1.2. O Certificado de Registro Cadastral não substitui a documentação necessária para habilitação.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

- a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública;
- c) empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

3.1. Para participar do presente certame a empresa interessada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados no envelope 01 – Documentação:

3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal de Bonfinópolis de Minas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de Bonfinópolis de Minas, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.1.3 – Qualificação Econômica Financeira

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, para as empresas criadas no ano corrente, deverá ser apresentado o termo de abertura, o balanço patrimonial provisório e demonstrações contábeis provisórias do mês anterior à abertura da licitação.

a.1) Serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.1) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente;
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, os quais devem apresentar resultado maior que 1, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

b.2) se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

c) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

d) cada licitante deverá, para cobertura das obrigações previstas no presente Edital e nos termos do inciso III do art. 31 da Lei nº 8.666/93, **apresentar, em envelope específico e na data marcada para a sessão pública para recebimento dos documentos, comprovante de prestação da competente Garantia de Proposta no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) e na assinatura do Contrato 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.**

d1) O envelope de Garantia de Proposta deverá ser entregue em via única, contendo comprovante de uma das seguintes formas de Garantia:

d1.1) caução em dinheiro, depositada em moeda corrente nacional, através de depósito identificado na seguinte conta bancária: Banco: 001 – Banco do Brasil S/A; Agência: 1329-3 – Bonfinópolis de Minas-MG; Conta-Corrente: 7.023-8.

d1.2) caução em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural e regularmente registrados na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, acompanhados de comprovante da validade atual dos respectivos títulos, quanto ao seu valor e liquidez, e contemplar vencimento superior a 60 (sessenta) dias ao prazo de vigência da proposta da Licitante;

d1.3) seguro-garantia, emitido em favor do Município, com período de cobertura superior a 60 (sessenta) dias ao prazo de vigência da proposta da Licitante, emitido por companhia seguradora regularmente autorizada a funcionar no País. A apólice deverá ser ressegurada, nos termos da legislação aplicável; ou

d1.4) fiança bancária emitida por instituição financeira regularmente autorizada a funcionar no País, em nome do Município, com período de cobertura superior a 60 (sessenta) dias do prazo de vigência da proposta da Licitante.

d2) A Garantia de Proposta deverá ser apresentada em envelope, com os seguintes dizeres:

DESTINATÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
SETOR DE LICITAÇÕES
ENVELOPE: Nº 03 – GARANTIA DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

REMETENTE

EMPRESA: (NOME DA EMPRESA)

CNPJ/MF: (CNPJ DA EMPRESA)

ENDEREÇO: (ENDEREÇO DA EMPRESA)

d2.1) O envelope de Garantia de Proposta deverá conter:

d2.1.1) o comprovante de depósito da caução, nos termos do item d1.1 acima;

d2.1.2) os documentos representativos da transferência dos títulos públicos para o Município de Bonfinópolis de Minas-MG;

d2.1.3) a apólice do seguro - garantia; ou,

d2.1.4) o instrumento de fiança bancária.

d3) A Garantia de Proposta será devolvida:

d3.1) à Licitante vencedora, após celebração do Contrato e a efetiva comprovação de constituição da Garantia de Execução de Contrato, nos termos previstos na Cláusula 9.15 do Contrato;

d3.2) às demais Licitantes, no prazo de 30 (trinta) dias após a celebração do Contrato com a Adjudicatária e respectiva entrega por parte desta do comprovante de constituição da Garantia de Execução de Contrato ali contemplada; ou

d3.3) à Licitante que não tenha sido considerada habilitada nesta Licitação, em até 15 (quinze) dias da data de sua inabilitação, desde que não tenha sido interposto qualquer recurso administrativo ou medida judicial tendente a, de alguma forma viabilizar a participação da Licitante nas etapas seguintes do certame.

3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – **CREA**;

b)- A capacitação técnica do profissional será atestado mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-(CAT) expedida pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome do responsável técnico. O profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

I- Execução mínima de 3.500 kg, de armação: aço ca-50/60 (execução, incluindo corte, dobra e armação).

II- Execução mínima de 36 m³ de fornecimento de concreto estrutural, com fck mínimo de 20 mpa.

III- Execução mínima de 100 m² de forma de compensado com revestimento resinado.

IV- Execução mínima de 15 m de guarda corpo ou guarda roda metálico.

V- Lançamento mínimo de 3.200 kg de Viga metálica.

c) Os quantitativos mínimos exigidos em cada situação deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de serviços para efeito de comprovação de

qualificação técnica profissional. É possível, porém, que o profissional apresente atestados diversos para itens distintos.

d) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

e) Atestado de visita técnica, que deve ser apresentado, conforme modelo anexo IV;

f) Certificado do CRC (Certificado do Registro Cadastral);

g) Termo de Compromisso acerca do responsável Técnico, conforme modelo Próprio.

3.1.5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

3.1.5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

3.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. **No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentadas os respectivos originais para conferência pelos membros da CPL.**

3.3. Caso a empresa licitante não apresente as certidões passíveis de serem obtidas pela internet, a CPL poderá proceder à consulta e retirada através da internet.

3.3.1. Não sendo possível o acesso às informações, na forma do item anterior, os documentos e comprovantes não apresentados serão considerados não recebidos.

4. DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1 - A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, ou em modelo próprio em que conste:

4.1.1. Planilha orçamentária referente a todos os serviços a serem executados e materiais a serem utilizados, preenchidas as colunas de unidade, quantidade, preço unitário e preço total, devendo estar incluso todas as despesas necessárias à execução do objeto do presente certame;

4.1.1 1 - Considera-se preço global da proposta a soma dos valores relativos ao custo total, não sendo aceito quaisquer reclamações posteriores que possam acrescer no preço proposto.

4.1.2. Indicação do prazo de execução da obra, que deverá ser de, no máximo, 60 (sessenta) dias, a contar da expedição da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal.

4.1.3 - razão social e carimbo constando o número do CNPJ da licitante;

4.1.4 - nome, qualificação e assinatura do representante da licitante.

4.2 - A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado.

4.3 - Os quantitativos da planilha constante do **Anexo III** são referenciais. O preço global por item apresentado deverá incluir a completa execução da obra. **Quaisquer diferenças apuradas pela licitante deverão ser computadas na composição do preço.**

4.4 - A licitante será responsável pelos quantitativos apresentados com base no Projeto Básico e especificações que integram o presente instrumento convocatório. Eventuais erros de levantamento de quantitativos não acarretarão pagamentos adicionais pela Prefeitura Municipal.

4.5 – O prazo de validade da proposta será até 60(sessenta) dias.

4.6 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país.

4.7 - Os preços deverão ser propostos considerando-se a execução do objeto licitado no local da obra, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios, como também as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, inclusive o seu transporte até o local de execução da obra, seu armazenamento e guarda todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão-de-obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

5.1. A Proposta e Documentação, em envelopes distintos e fechados, trazendo na sua parte frontal externa os seguintes dizeres:

a) envelope contendo os documentos relativos à Documentação:

<p style="text-align: center;"><u>DESTINATÁRIO:</u> PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG SETOR DE LICITAÇÕES ENVELOPE: Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020</p>
<p style="text-align: center;"><u>REMETENTE</u> EMPRESA: (NOME DA EMPRESA) CNPJ/MF: (CNPJ DA EMPRESA) ENDEREÇO: (ENDEREÇO DA EMPRESA)</p>

b) envelope contendo a Proposta Comercial:

<p><u>DESTINATÁRIO:</u> PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG SETOR DE LICITAÇÕES ENVELOPE: Nº 02 - PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020</p>
<p><u>REMETENTE</u> EMPRESA: (NOME DA EMPRESA) CNPJ/MF: (CNPJ DA EMPRESA) ENDEREÇO: (ENDEREÇO DA EMPRESA)</p>

6. DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes “Documentação” e “Proposta de Preço” deverão ser protocolados na Sala de Licitações, localizada à Avenida Argemiro Barbosa da Silva, 870, Jardim Cinelândia, Bonfinópolis de Minas, até a data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

6.2. A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso da Sala de Licitações, e que, por isso, não cheguem à data e horário previstos.

6.3. A abertura dos envelopes “Proposta de Preço” será feita no mesmo local indicado no preâmbulo.

6.4. Na sessão de abertura dos envelopes “Documentação” poderá ser aberta os envelopes “Proposta de Preço”, se todos os prepostos das empresas licitantes desistirem, expressamente, de interpor recursos das decisões referentes à fase de habilitação, nos termos do art. 43, inc. III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5. A licitante que se fizer representar deverá apresentar documento credenciando seu (sua) representante para tal fim, considerando-o (a) com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo este expediente ser entregue no ato pelo próprio preposto ou acondicionado no envelope “Documentação”.

6.6. O preposto deverá apresentar, ainda, documento que o identifique, na sessão de abertura dos envelopes.

6.7. Poderá ser apresentada Carta de Credenciamento conforme modelo constante do Anexo I deste instrumento convocatório.

6.8. Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para manifestar-se em seu nome.

6.9. O representante credenciado poderá usar da palavra, apresentar manifestações, assinar atas, bem como renunciar ao direito de interpor recursos.

7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, SEGUNDO A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

7.1. Em caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar Municipal nº 06/2010, será observado o seguinte:

- a). Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada por esta lei complementar;
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte do Presidente da CPL, sob pena de preclusão;
- c) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescente, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea “b”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “b”, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8. DO JULGAMENTO

8.1. Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, o menor preço global, desde que observadas as especificações e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

8.2 - Será desclassificada a proposta que:

8.2.1 - não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório;

8.2.2 - não se refira à integralidade do objeto licitado;

8.2.3 - apresente preço unitário ou global simbólicos, irrisórios, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexecutável, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;

8.2.4 - apresente preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

8.2.5 - contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento.

8.3 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, nos termos do § 2º, do art. 45, da lei 8.666/93.

8.4 - Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

8.5 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação.

8.6 - A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

8.7 - No julgamento das propostas a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

8.8 - As propostas apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos para verificação do atendimento ao objeto licitado.

9. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

9.1. O contrato a ser firmado com a licitante adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

9.1.1 – O contrato terá eficácia legal após a sua assinatura.

9.2. Os serviços, objeto desta licitação deverão ser executados dentro do melhor padrão de qualidade, conforme condições do Projeto Básico e Projeto Executivo, obedecendo, no que couber, às normas da ABNT, em especial a NBR 9050/2004.

9.3. Todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução dos serviços constituirão encargo da empresa contratada.

9.4. Os materiais a serem empregados na realização dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, devendo ser novos, de primeira qualidade, satisfazendo rigorosamente às especificações contidas no instrumento convocatório.

9.5. Toda a mão-de-obra necessária ao fiel e perfeito acabamento e conclusão dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e de qualquer natureza decorrentes da contratação de pessoal e seu transporte, se necessário, serão de inteira responsabilidade da contratada.

9.6. A empresa contratada deverá manter no local da obra, para sua administração, 1 (um) mestre de obras e manter em seu quadro 01 (um) engenheiro civil, devidamente registrado no CREA/MG como Responsável Técnico da obra.

9.7. Será de inteira responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de equipamentos de segurança para seus empregados (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT.

9.8. O registro da obra na entidade profissional competente, CREA-MG, bem como sua matrícula junto ao INSS, será de responsabilidade da empresa contratada, devendo a mesma, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, apresentar a Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal, os documentos comprobatórios dos respectivos registros.

9.9. Os projetos e documentos técnicos relativos à obra não poderão ser copiados, reproduzidos, transmitidos a terceiros, sem expresse consentimento da Prefeitura Municipal.

9.10. O Contrato firmado com a Prefeitura Municipal não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem autorização do Contratante, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

9.10.1. Será permitida a sub-contratação de parte dos serviços mediante aprovação expressa da Prefeitura Municipal.

9.11. O prazo máximo de execução e de entrega da obra é de 90(noventa) dias, a contar da data da expedição da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal, podendo ser revisto nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei Federal no 8.666/93.

9.12. A tolerância da Prefeitura Municipal com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará em alteração contratual ou novação, podendo a Prefeitura Municipal exercer seus direitos a qualquer tempo.

9.13. Havendo paralisação justificada da obra, o prazo do contrato será acrescido de tantos dias quantos os da paralisação, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

9.13.1. A justificativa para paralisação da obra somente será considerada se apresentada por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua ocorrência e aceita pela Prefeitura Municipal.

9.14. A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

10. DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato poderá ser rescindido, judicial ou extrajudicialmente, por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78, da Lei 8.666/93.

10.1.1. Nos casos de rescisão extrajudicial por ato unilateral, a Contratada será notificada, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.2. Além das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, constituem causas de rescisão do contrato.

10.2.1. Paralisação total ou parcial da obra por fatos de responsabilidade da contratada, por prazo superior a 5 (cinco) dias ininterruptos, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

10.2.2. Inobservância dos projetos e especificações técnicas na execução da obra.

10.2.3. Emprego de material em desacordo com as especificações ou de material recusado pela fiscalização.

10.2.4. Se a contratada se conduzir dolosamente.

10.2.5. Se a contratada não cumprir as determinações da fiscalização.

10.3. Além das hipóteses anteriores, poderá a Prefeitura Municipal rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução, insolvência da empresa contratada, e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

10.4. Em casos excepcionais, configurados como de força maior, a critério da Prefeitura Municipal, o atraso na entrega dos serviços não ensejará a rescisão contratual, com as penalidades estabelecidas, se ocorrer qualquer dos seguintes motivos:

10.4.1. Falta de elementos técnicos para o prosseguimento dos trabalhos, quando seu fornecimento couber à Prefeitura Municipal e a contratada solicitá-los em tempo hábil.

10.4.2. Alteração no projeto da obra e se esta alteração, a critério da Prefeitura Municipal, tenha sido prejudicial ao andamento destes.

11. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

11.1. A área competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar a execução do objeto desta licitação será a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte da Prefeitura Municipal, observados os artigos 67 a 76, da Lei Federal no 8.666/93.

11.2. A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

11.3. A Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte decidirá, em primeira instância, as dúvidas e questões surgidas na execução dos serviços, de cuja decisão poderá ser interposta recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do ato ou decisão.

11.3.1. Na hipótese da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte não reformar sua decisão, o recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, para nova apreciação.

11.4. As decisões, comunicações, ordens ou solicitações deverão se revestir, obrigatoriamente, da forma escrita e obedecer às normas emanadas pela Prefeitura Municipal.

11.5. A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com as especificações, projetos e condições constantes deste instrumento convocatório, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal no 8.666/93.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Para fins de pagamento serão realizadas medições, sendo que a última medição, que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do total dos serviços somente será paga após o término dos serviços.

12.1.1. O pagamento da última medição somente será efetuado após a comprovação pela empresa contratada, da baixa da matrícula da obra junto ao INSS.

12.2. As medições devem observar os preços unitários constantes da Planilha, levando-se em conta o avanço físico real dos serviços e o cronograma físico-financeiro aprovado pela Prefeitura Municipal.

12.3. Só serão medidos os serviços realizados e com material já instalado, após atestada, pela Prefeitura Municipal, inclusive, a qualidade do material empregado.

12.4. A Prefeitura Municipal verificará o exato cumprimento das obrigações da contratada no período de medição, quanto à quantidade, à qualidade e ao prazo previsto para a execução.

12.5. Não serão medidos os serviços e nem serão aceitas suas medições quando executados em desacordo com o Projeto Executivo, ou, ainda, quando em atraso na execução da obra, em desconformidade com o cronograma aprovado pela Prefeitura Municipal.

12.6. A Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Transporte deverá analisar os serviços executados e medidos, aprovando-os ou rejeitando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua apresentação pela contratada.

12.7. As faturas provenientes das parcelas relativas à apuração de valores das medições só poderão ser apresentadas para pagamento após a aprovação pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

12.8. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, por processo legal, após a efetiva medição e autorização de pagamento pela SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO.

12.9. A contratada deverá apresentar, junto à fatura ou nota fiscal, além dos documentos fiscais e tributários devidos, a relação dos empregados utilizados na execução dos serviços, bem como os documentos comprobatórios do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, nos termos da legislação pertinente em vigor.

12.10. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será efetuada a liberação do pagamento, observado o disposto no item 12.8.

12.11. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o pagamento será efetuado a partir de sua reapresentação do documento fiscal, desde que devidamente regularizado, observado o disposto no item 12.8.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.08.02.26.782.2601.1102 – 4.4.90.51.00, ficha 563, do Orçamento vigente.

14. DA VISTORIA AO LOCAL DA OBRA

14.1. Fica agendado até o dia 08/07/2020, das 08h00min às 12h00min, para visita técnica ao local da obra, sendo que a visita técnica deverá ser feita por engenheiro do quadro societário da licitante ou do quadro de funcionários da licitante.

14.1.1. Para a realização da visita técnica, a pessoa deverá estar com os seguintes documentos:

- a) Declaração para autorização para a realização da visita técnica;
- b) Documentos que comprovem que o mesmo está no quadro societário ou do quadro de funcionários da licitante;
- c) Documento pessoal.

14.1.2. A empresa interessada deverá agendar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) o dia de sua visita técnica.

14.2. A vistoria será obrigatória, tendo em vista que a obra é na zona rural.

14.3. Nenhum Responsável poderá representar mais de uma licitante proponente na visita técnica.

14.4. A Prefeitura reserva-se ao direito de não disponibilizar veículo para o licitante para realizar a visita técnica.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Pela inexecução das condições estipuladas, a Contratada ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

15.2.1 - Será aplicado multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no Parágrafo Segundo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

15.2.2 – Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no Parágrafo Primeiro.

15.2.3 - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

15.3 - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

16. DOS RECURSOS

16.1. Observado o disposto no artigo 109 da Lei Nº 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso à Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços.

16.2. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta Tomada de Preços com vista franqueada aos interessados.

16.3. Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informados, ao Prefeito Municipal.

16.5. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

16.6. O recurso interposto deverá ser comunicado à Comissão Permanente de Licitação, logo após ter sido protocolizado no Serviço de Protocolo, da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal no 8.666/93.

17.2. Para análise da documentação ou proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá promover diligência junto às licitantes, para fins de esclarecimento, em qualquer fase da licitação, conforme disposto no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93.

17.2.1. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia, desde que autenticada por cartório ou acompanhada dos originais para autenticação pela Comissão.

17.2.2 - O não cumprimento da diligência no prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

17.3. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

17.4. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada, ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas ou inabilitadas.

17.5. Se a empresa adjudicatária deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pela Prefeitura Municipal, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira

classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.6. A licitante vencedora, responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução dos serviços.

17.7. As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes, à Comissão Permanente de Licitação, através do fac-símile nº (38) 3675.1121 ou na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, 870, Jardim Cinelândia, nesta cidade, no horário de 8h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.

17.8. As decisões do Prefeito Municipal e da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal serão publicadas no “Minas Gerais”- Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

17.9. Fica eleito o foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas-MG, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

17.10. Integram e acompanham o presente edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Carta de Credenciamento;
- b) Anexo II – Declaração de empregador pessoa jurídica;
- c) Anexo III – Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro;
- d) Anexo IV - Modelo de Atestado de Visita Técnica;
- e) Anexo V – Minuta Contratual.

Bonfinópolis de Minas, 25 de junho de 2020.

NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

ANEXO I
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade nº _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório em referência, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e propostas, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local/Data: _____

Assinatura do Representante Legal: _____



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

ANEXO II
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

DECLARAÇÃO

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de
junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
Assinatura e carimbo
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL
BONFINÓPOLIS DE MINAS
QUEM AMA CUIDA
CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

**ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**



PREFEITURA MUNICIPAL
BONFINÓPOLIS DE MINAS
QUEM AMA CUIDA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS (sem desoneração)							
PREFEITURA: BONFINÓPOLIS DE MINAS (ISS = 5% INCLUSO NO LDI)				FOLHA Nº: 01/01			
OBRA: PONTE MISTA 15m x 4,20m (viga metálica e concreto)				DATA: 22/06/2020			
LOCAL: Furado do Engenho - Bonfinópolis de Minas - MG				FORMA DE EXECUÇÃO:			
REGIÃO/MÊS DE REF.: SETOP-Triângulo e Alto Paranaíba / JAN/2020				()	DIRETA	(X)	INDIRETA
PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 meses					LDI	LDI	24,99%
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO S/ LDI	PREÇO UNITÁRIO C/ LDI	PREÇO TOTAL
1.0		INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA					5.990,61
1.1	IIO-PLA-005	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIPECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALÍPTO AUTOCLAVADO PINTADAS NA FRENTE E NO ANTI-CORROSIVO E TINTA AUTOMOTIVA (FRENTE: PINTURA AUTOMOTIVA VERSO COM FUNDO FUNDO AZUL, TEXTO: PLOTTER DE RECORTE PELÍCULA BRANCA E PARTE INFERIOR: APLICAÇÃO DAS MARCAS EM COR CONFORME MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO GOVERNO DE MINAS	UN	1,00	1.109,62	1.386,91	1.386,91
1.2	LOC-OB-005	LOCAÇÃO DA OBRA (GABARITO)	M²	150,22	7,11	8,89	1.335,46
1.3	MOB-DES-005	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL	%	2%		217.882,39	3.268,24
2.0		INFRAESTRUTURA					35.250,57
2.1	TER-ESC-035	ESCAVAÇÃO MANUAL EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	15,81	50,18	62,72	991,60
2.2	FUN-TUB-005	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TUBULÃO A CÉU ABERTO	M³	10,12	247,20	308,98	3.126,88
2.3	ARM-AÇO-005	CORTE, DOBRA E ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 D <= 12,5 MM + (10%)	KG	359,37	7,70	9,62	3.457,14
2.4	ARM-AÇO-010	CORTE, DOBRA E ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 D > 12,5 MM + (10%)	KG	1.660,63	7,12	8,90	14.779,61
2.5	EST-CON-035	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA, COM FCK 25 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M³	23,89	431,86	539,78	12.895,34
3.0		MESOESTRUTURA (cortinas, alas, pilares, vigas de concreto e nichos)					132.870,18
3.1	EST-CON-040	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA, COM FCK 30 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M³	32,93	453,92	567,35	18.682,84
3.2	ARM-AÇO-005	CORTE, DOBRA E ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 D <= 12,5 MM + (10%)	KG	1.219,13	7,70	9,62	11.728,03
3.3	ARM-AÇO-010	CORTE, DOBRA E ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 D > 12,5 MM + (10%)	KG	1.566,63	7,12	8,90	13.943,01
3.4	RO-42418	FORMAS PLANAS DE COMPENSADO COM REVESTIMENTO RESINADO (EXECUÇÃO, INCLUINDO DESFORMA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M²	89,48	52,58	65,72	5.880,63
3.5	OBR-PON-035	APARELHO DE APOIO DE NEOPRENE FRETADO	DM³	5,40	78,87	98,58	532,33
3.6	ORÇAMENTO	VIGAS METÁLICAS - 15 METROS	CJ	1,00	55.000,00	68.744,50	68.744,50
3.7	OBR-PON-090	TRANSPORTE DE VIGAS METÁLICAS - PONTE DE UM VÃO DE 15 METROS (VIGAS = 5,26 TONELADAS)	TONxKM	7.512,00	0,62	0,77	5.784,24
3.8	OBR-PON-100	LANÇAMENTO DE VIGA METÁLICA - PONTE UM VÃO DE 15 METROS (VIGAS = 6,26 TONELADAS)	KG	6.260,00	0,97	1,21	7.574,60
4.0		SUPERESTRUTURA (pré-laje, laje, guarda roda, sobre laje)					47.039,27
4.1	EST-CON-040	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA, COM FCK 30 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M³	14,00	453,92	567,35	7.942,90
4.2	ARM-AÇO-005	CORTE, DOBRA E ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 D <= 12,5MM + (10%)	KG	1.998,98	7,70	9,62	19.230,14
4.3	RO-42418	FORMAS PLANAS DE COMPENSADO COM REVESTIMENTO RESINADO (EXECUÇÃO, INCLUINDO DESFORMA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M²	121,50	52,58	65,72	7.984,98
4.4	PLU-DRE-005	BUZINOTE PARA LAJES - DRENO COM TUBO DE 2" EMBUTIDO NO CONCRETO	M	6,00	19,16	23,95	143,70
4.5	OBR-PON-015	CIMBRAMENTO: ESCORAMENTO EM MADEIRA (EXECUÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M³	121,50	55,07	68,83	8.362,85
4.6	ORÇAMENTO	GUARDA CORPO TUBULAR DE 3", CHAPA 12 - H = 30CM	M	30,00	90,00	112,49	3.374,70
TOTAL GERAL DA OBRA							221.150,63

Vinicius Andrade Santos
Engenheiro Civil
CREA-MG 230.293/L

Vinicius Andrade Santos - Engenheiro Civil

230.293/D - MG
CREA

Donizete Antônio dos Santos
Prefeito Municipal

Donizete Antônio dos Santos - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG
CNPJ 18.125.138/0001-82



QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82



QUEM AMA CUIDA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Av. Argemiro Barbosa, 870 – Jardim Cinelândia – Fone: 38-3675-1121 – CEP: 38.650-000

www.bonfinopolis.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
BONFINÓPOLIS DE MINAS
QUEM AMA CUIDA
CNPJ/MF 18.125.138/0001-82



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SUBSECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS
DIRETORIA DE ENGENHARIA E QUALIDADE

DEMONSTRATIVO DO BDI - SEM DESONERAÇÃO - OBRAS RODOVIÁRIAS

BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15)							
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS					INCIDÊNCIA
		(ISS = 2%)	(ISS = 3%)	(ISS = 4%)	(ISS = 5%)	EQUIPAMENTO (2) (ISS = 3%)	
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,67%	4,67%	4,67%	4,67%	3,80%	CD
LUCRO BRUTO	L	8,69%	8,69%	8,69%	8,69%	6,64%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	0,37%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO		1,71%	1,71%	1,71%	1,71%	0,82%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S	0,74%	0,74%	0,74%	0,74%	0,32%	CD
RISCO(*)	R	0,97%	0,97%	0,97%	0,97%	0,50%	CD
TRIBUTOS	I	5,05%	5,75%	6,45%	7,15%	6,65%	PV
ISS	ISS (1)	1,40%	2,10%	2,80%	3,50%	3,00%	PV
PIS	PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	PV
CPRB	INSS						PV
FÓRMULA DO BDI							
	BDI =	$\frac{(1 + (AC + S + G + R)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - (I + CPRB))}$					
	BDI(NUMERADOR)	16,05%	16,05%	16,05%	16,05%	11,98%	
	BDI(DENOMINADOR)	94,95%	94,25%	93,55%	92,85%	93,35%	
	BDI =	22,22%	23,13%	24,05%	24,99%	19,96%	
OBSERVAÇÕES							
(1) INCIDÊNCIA DE ISS EM 70% DO PREÇO DE VENDA, COM PERCENTUAIS DE 2%, 3%, 4% E 5%.							
(2) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO EM LOCAÇÃO DE CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTO.							

Vinicius Andrade Santos
Engenheiro Civil
CREA-MG 230.293/D

Vinicius Andrade Santos
Donizete de Oliveira Santos
Engenheiro Civil
CREA-MG 230.293/D

ROD. PAPA JOÃO PAULO II, Nº 4.143, PRÉDIO MINAS, 7º ANDAR - SERRA VERDE - CEP: 31630-901 - BH / MG
FONE: (31) 3915 8309 - FAX: (31) 3915 8352
www.transportes.mg.gov.br

16 / 262

ANEXO IV – MODELO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTO para fins de participação no Processo Licitatório nº 056/2020, Tomada de Preços nº 002/2020, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF _____, visitou o local da onde será Construída a Ponte Furado do Engenho, na zona rural nesta cidade, no dia ____ de julho de 2020. Nessa visita a empresa, por meio de seu (sua) ____ o (a) Sr. (a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, CREA _____, tomou ciência das condições atuais do local para Construção da Ponte.

Bonfinópolis de Minas, _____ de julho de 2020.

Representante da empresa _____

NÁDYLLA APARECIDA S. SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

VINÍCUIS ANDRADE SANTOS
Engenheiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

ANEXO V - MINUTA CONTRATUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO No. ____/2020

TIPO: **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

REFERÊNCIA: **PROCESSO No. 056/2020**

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.125.138/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **DONIZETE ANTÔNIO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 720.331.002-00, residente e domiciliado na Rua Dom Elizeu, 355, nesta Cidade, doravante denominado apenas de **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa XXXXXXXXXXXX, (qualificação), neste ato representada por seu xxxxxxxxxxxx, (qualificação), doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem firmar **CONTRATO**, mediante cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente **CONTRATO** é a Contratação de empresa para Construção de ponte com estrutura mista, sobre o córrego Furado do Engenho na Zona Rural de Bonfinópolis de Minas.

1.2. Este Contrato vincula-se ao **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2020** e seus anexos e à proposta comercial apresentada pela Contratada para o referido processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

2.1. Para execução do objeto do presente instrumento, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor total de R\$ (.....) (Inserir valor da proposta vencedora).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O pagamento será efetuado à empresa contratada, observado o seguinte:

a) os pagamentos serão efetivados somente após a vistoria e aceite dos serviços executados e medidos pela fiscalização da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte, não cabendo à licitante vencedora qualquer indenização por atraso no pagamento, ressalvada a comprovação de culpa por parte da Prefeitura do atraso.

3.2 - Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

3.3 - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastramento da Prefeitura para verificação da situação da licitante vencedora em relação às

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

3.4 - O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

3.5 - A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

3.6 - A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

3.6.1 – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão de Licitação, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

3.6.2 – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

3.7 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente **CONTRATO** no exercício de 2020, no valor de R\$ _____ (_____), correrão à conta do orçamento da **CONTRATANTE**, consignados através da seguinte dotação orçamentária: 02.08.02.26.782.2601.1102 – 4.4.90.51.00, ficha 563.

4.1.1. Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. O prazo de execução do objeto do presente **CONTRATO** é de **90 (noventa) dias**, iniciando-se na data de emissão da Ordem de Serviço, e podendo ser prorrogado no interesse da Administração.

5.2. O prazo de vigência do presente **CONTRATO** é de **210 (duzentos e dez) dias**, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

6.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente **CONTRATO**, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

7.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

I - DA CONTRATANTE:

- a) Dar condições para a **CONTRATADA** executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos.
- b) Exercer a fiscalização dos serviços por meio de comissão especialmente designada para este fim.
- b.1) A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.
- c) Receber e conferir o objeto do contrato, consoante as disposições estabelecidas.
- d) Efetuar os pagamentos na forma convencionada na **CLÁUSULA DÉCIMA**.
- e) Permitir que os funcionários da **CONTRATADA** tenham acesso aos locais de execução dos serviços.
- f) Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à **CONTRATADA**.
- g) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- h) Fornecer à **CONTRATADA** os arquivos eletrônicos dos projetos executivos para reprodução pela **CONTRATADA**, necessários ao cumprimento do objeto em questão.

II - DA CONTRATADA:

- a) Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Executivo desenvolvido pela **CONTRATANTE**, e demais termos prescritos no edital de licitação e no presente **CONTRATO**.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- c) Providenciar o livro “**DIÁRIO DE OBRAS**”, para as anotações da fiscalização da **CONTRATANTE** e do Responsável Técnico da **CONTRATADA**, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.
- d) Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

d.1) Ressalta-se, ainda, que caberá à **CONTRATADA**, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

e) Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este **CONTRATO** se vincula.

f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

g) Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

g.1) Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a **CONTRATADA** ficará sujeita à multa estabelecida na **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** deste **CONTRATO**.

h) Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

i) Propiciar o acesso da fiscalização da **CONTRATANTE** aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

i.1) A atuação da comissão fiscalizadora da **CONTRATANTE** não exime a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

j) Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e Projeto Executivo.

k) Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

l) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da **CONTRATANTE**, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Executivo.

m) Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

n) Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

o) Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da **CONTRATANTE**, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

p) Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

q) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à **CONTRATADA**, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

r) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da **CONTRATANTE** como inadequados para a execução dos serviços.

s) Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades.

s.1) A **CONTRATADA** deve comunicar, por escrito, à fiscalização da **CONTRATANTE**, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória, sendo que todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

t) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.

u) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

v) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

w) Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedeçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

x) Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:

1. Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela **CONTRATANTE**.

2. Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela **CONTRATANTE**.

3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a **CONTRATADA** ficará sujeita à multa estabelecida na **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** deste CONTRATO.

y) A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte:

I) – O objeto do presente contrato deverá ser executado pela **CONTRATADA** na Comunidade Furado do Engenho, zona rural da cidade de Bonfinópolis de Minas, mediante determinação do Projeto Técnico.

II) O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até **10 (dez) dias úteis** da data da emissão da Ordem de Serviço.

III) O objeto do contrato será recebido pela **CONTRATANTE**, nos termos da lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

a) **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15 (quinze) dias** da comunicação escrita do contratado.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

IV) Os serviços a serem executados preveem obediência às Normas Técnicas da ABNT.

V) A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes do Projeto Executivo, definido no Edital.

VI) Ao final dos serviços, o local deverá ser entregue limpo e livre de entulhos.

VII) Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços. A **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização da obra por meio de comissão fiscalizadora instituída para este fim, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

VIII) A fiscalização da **CONTRATANTE** solucionará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irrecuperáveis, ficando a seu cargo os critérios para tal. Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação da **CONTRATANTE**, deverá ser registrada no livro “Diário de Obras”. Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja concluído e entregue mediante **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA**.

IX) A **CONTRATADA** facilitará o acesso da fiscalização da **CONTRATANTE**, em todas as dependências da obra.

X) À fiscalização da **CONTRATANTE** fica assegurado o direito de:



PREFEITURA MUNICIPAL

BONFINÓPOLIS DE MINAS

QUEM AMA CUIDA

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

- a) Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.
- b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da **CONTRATADA**.

XI) A presença da fiscalização da **CONTRATANTE** na obra não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**.

XII) A Fiscalização da **CONTRATANTE** acompanhará a execução dos serviços e examinará os materiais recebidos na obra, antes de suas aplicações, decidindo sobre aceitação ou rejeição dos mesmos.

XIII) As exigências da Fiscalização da **CONTRATANTE** fundamentar-se-ão neste **CONTRATO**, nas legislações e normas vigentes, no Projeto Executivo fornecido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** e nas regras de boa técnica.

XIV) Caberá à comissão fiscalizadora da **CONTRATANTE** o dever de:

- a) Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste **CONTRATO**.

- b) Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a escolha tomada.

XV) Cabe à **CONTRATADA** zelar pela proteção dos empregados e de terceiros, durante a execução das obras, seguindo as recomendações expressas na legislação pertinente e normas regulamentadoras quanto à engenharia de segurança e medicina do trabalho.

XVI) Em especial, os serviços objeto do presente **CONTRATO** deverão ser executados levando-se em conta o estipulado na NR-7 e NR-18, com vistas à saúde, segurança e integridade física do trabalhador, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer a todos os seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletiva (EPC) necessários à sua segurança no trabalho, sem que seja imputado qualquer custo ao empregado ou à **CONTRATANTE**.

XVII) A **CONTRATADA** deverá manter na direção da obra um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

XVIII) A Administração da obra deverá ser realizada por 1 (um) engenheiro, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 1 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral.

XIX) Caberá à **CONTRATADA** providenciar o pessoal necessário à execução dos serviços, serventes e oficiais especializados, de competência comprovada, para obtenção de resultados na execução dos serviços.

XX) As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este **CONTRATO** se

vincula, às quais a **CONTRATADA** declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

9.1. A **CONTRATADA** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

9.2. A **CONTRATADA**, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

9.3. À **CONTRATADA** caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao **CREA**, sendo que cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

9.4. Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos mesmos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

10.1. O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1. A **CONTRATADA** prestará garantia ao contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida mediante solicitação por escrito, após a completa execução do contrato e entrega do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA**, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas.

11.2. A garantia deverá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- b) Seguro-Garantia.
- c) Fiança Bancária.

11.2.1. A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.2.2. O comprovante da prestação da Garantia deverá ser apresentado no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura do presente **CONTRATO**.

11.2.3. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido nesta Cláusula caracteriza infração, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades previstas no presente instrumento, a critério da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a **CONTRATANTE**, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à **CONTRATADA**, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

I - Advertência, por escrito.

II – Multa.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Será aplicado multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no Parágrafo Segundo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

12.3. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na cláusula 12.2.

12.4. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à **CONTRATADA**, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG**, ficando a **CONTRATADA** obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

12.5. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

12.6. No caso de a **CONTRATADA** ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a **CONTRATANTE** poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

12.7. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

12.8. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto a **CONTRATANTE**, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

12.9. A **CONTRATADA**, na execução do **CONTRATO**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra e/serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela **CONTRATANTE**. Ressalta-se que a terceirização de serviços pela **CONTRATADA** não a exime de sua inteira responsabilização dos serviços executados pela empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. O presente instrumento de **CONTRATO** poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - **DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS**, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

15.2. Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

15.3. Nos casos de rescisão, a **CONTRATADA** receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela **CONTRATANTE** até a data da rescisão.

15.4. Ocorrendo a rescisão, a **CONTRATANTE** poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Este Contrato regula-se pela Lei nº. 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Bonfinópolis de Minas-MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas:

Bonfinópolis de Minas-MG, ____ de _____ de 2020.

DONIZETE ANTONIO DOS SANTO
Prefeito Municipal
P/CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF: